



## REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº \_\_\_\_\_, DE 2023

(Do Sr. AMOM MANDEL)

Requer informações ao Ministério das Mulheres acerca das medidas adotadas pelo Governo Federal para o combate ao tráfico internacional e nacional de mulheres nas comunidades tradicionais, indígenas e ‘ribeirinhas’ do Amazonas.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Ex<sup>a</sup>., com base no art. 50 § 2º da Constituição Federal, combinado com os arts. 115, inciso I e 116, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações à Ministra das Mulheres, Senhora Cida Gonçalves, acerca das medidas adotadas pelo Governo Federal para o combate ao tráfico internacional e nacional de mulheres provenientes de comunidades tradicionais, indígenas e ‘ribeirinhas’ do Amazonas. No sentido de esclarecer a esta Casa, encaminhamos as seguintes questões:

- a) Quais são as principais estratégias e políticas adotadas pelo Ministério das Mulheres para combater o tráfico de mulheres no Brasil e no estado do Amazonas?
- b) Quais são as principais estratégias e políticas adotadas pela pasta para combater o tráfico de mulheres, especificamente, no interior do Amazonas?
- c) Quais são as principais estratégias e políticas adotadas pela pasta para combater o tráfico de mulheres, especificamente, provenientes de comunidades tradicionais, indígenas e ribeirinhas do Amazonas?





- d) Quais são as principais estratégias e políticas adotadas atualmente pelo governo federal em conjunto com o estado do Amazonas e os municípios que o compõe para o combate ao tráfico de mulheres? Quais são as principais estratégias e políticas adotadas especificamente com os municípios de Manaus, São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro, Tabatinga, Barcelos, Autazes, Iranduba, Coari, Parintins e Benjamin Constant?
- e) Quais são os recursos disponíveis pela presente pasta para fornecer apoio e proteção às vítimas de tráfico de pessoas?
- f) Quais são os esforços do governo federal para promover a conscientização sobre tráfico de pessoas, em especial de mulheres, provenientes de comunidades tradicionais, indígenas e ribeirinhas do Estado do Amazonas?
- g) Quais são as medidas adotadas pela pasta para identificar e investigar redes de tráfico humano que atuam no interior do estado do Amazonas, bem como para responsabilizar os envolvidos?
- h) Quais são as iniciativas em andamento para fornecer treinamento adequado aos profissionais que lidam com casos de tráfico humano nas comunidades tradicionais e ribeirinhas do Amazonas, como agentes de segurança, assistentes sociais e profissionais de saúde?
- i) Quais são as parcerias estabelecidas pelo governo federal com organizações não governamentais e setor privado para combater o tráfico humano nas comunidades tradicionais, indígenas e ribeirinhas do Amazonas?
- j) Quais os principais desafios enfrentados atualmente pela pasta na execução de políticas públicas voltadas ao combate do tráfico de mulheres no Brasil e, em especial, em comunidades tradicionais, indígenas e ribeirinhas do Amazonas?





- k) Existe, atualmente, a execução de algum orçamento financeiro destinado ao combate ao tráfico de mulheres no interior do Amazonas?
- l) Qual o órgão ou secretaria deste Ministério destinado à fiscalização e promoção de políticas públicas de combate ao tráfico humano?
- m) Há algum órgão ou secretaria deste Ministério destinado à proteção dos direitos de mulheres provenientes de comunidades tradicionais, indígenas e ribeirinhas?

Por oportuno, também, solicito o encaminhamento de outras informações e/ou documentos que Vossa Excelência julgar necessário.

### JUSTIFICAÇÃO

A região amazônica é um local de grande importância tanto para o Brasil quanto para o mundo, mas infelizmente essa área tem sido palco ao longo dos anos de grupos que aproveitam-se de sua posição geográfica e precária infraestrutura policial.

A exploração do tráfico organizado de pessoas, visando maiores ganhos econômicos e buscando atender a demanda do tráfico de pessoas, passou a investir de forma sutil em áreas urbanas e suburbanas, hotéis, restaurantes, fábricas, esquinas das ruas, onde cerca de 2,5 milhões de homens, mulheres e crianças são vendidos para a exploração sexual e laboral, movimentando, anualmente, cerca de 32 bilhões de dólares.

As redes de tráfico humano que atuam no Brasil são cautelosas e se atentam para um dos pontos mais críticos da empreitada criminosa: o transporte. Garantir a ida e o acesso das vítimas aos municípios ou países de destino sem chamar a atenção das autoridades é crucial.

Nesse contexto, a região amazônica brasileira se destaca, amplamente conhecida por sua vasta biodiversidade e importância na regulação do clima global, com suas extensas e porosas fronteiras, rios caudalosos e florestas densas, acaba por oferecer





grande facilidade para o tráfico de drogas, tráfico de pessoas e exploração sexual de mulheres e menores, que muitas vezes acontecem de forma clandestina e difícil de serem detectados, apresentando ameaça para a população que ali reside, principalmente os ribeirinhos e os indígenas.

A inacessibilidade por parte dos órgãos a muitas das rotas acaba enfraquecendo a fiscalização destes trechos, o que possibilita que as vítimas sejam facilmente alcançadas e levadas. Com origens diversas, as rotas fluviais têm facilitado o acesso a outras regiões.

A compra de passagens nas embarcações não são fiscalizadas. Ao se dirigir ao porto de Manaus, é possível adquiri-las nas inúmeras barraquinhas localizadas por toda extensão das balsas, sem a necessidade de apresentar documentação de identificação na aquisição e comprovar parentesco dos acompanhantes. Logo, a irregularidade favorece a atuação dos aliciadores.

O Norte é a quarta região do País com maior número de denúncias de exploração sexual de crianças e adolescentes registrados pelo Disque 100 e quarta com maior quantidade de pontos críticos desse crime mapeados pela PRF<sup>1</sup>. De acordo com as denúncias do Disque 100, 39,7% das denúncias foram registradas no Amazonas e 37,7% no Pará. Inclusive, considerando as denúncias de todo o país e do período completo de 2016 a abril/2019, o Amazonas é o oitavo e o Pará é o décimo com o maior número de denúncias em todo o país.

Para especialistas, a impunidade, a migração e a falta de políticas públicas são algumas das causas do problema. A exploração e o abuso sexual de mulheres é um problema recorrente nos Estados da Amazônia. Bispos que integram a prelazia do Xingu são perseguidos por denunciar a ocorrência de casos no Pará, políticos estão sendo investigados por abusar de meninas menores no Amazonas e, no Amapá, é a mineração

<sup>1</sup> ASBRAD. Características da exploração sexual de crianças, adolescentes e pessoas adultas e suas relações com as rodovias federais: mapeamento do tráfico de pessoas no Brasil (2016-2019): volume 3/ coordenação Graziella do Ó Rocha. Livro Eletrônico. 1ª ed. Guarulhos, SP. 2021.





que leva ao aliciamento de jovens mulheres como produto sexual para os trabalhadores das mineradoras. Em todo o país, os Estados campeões em exploração sexual se encontram na Amazônia Legal. São eles: Maranhão, Pará e Amazonas<sup>2</sup>.

A região Norte do país também é tida como principal rota do tráfico de mulheres e adolescentes no âmbito nacional. O problema está relacionado à existência de garimpos, prostíbulos, área portuária, cárcere privado e fazendas. **O Cecria aponta que o tráfico de mulheres da Amazônia dentro do Brasil é feito, principalmente, a partir de Acre, Amapá, Amazonas, Tocantins, Rondônia e Roraima com destino a diversas regiões do país. Só no Amazonas, estão 76 rotas do tráfico sexual, tanto internacional, quanto interno.**

Hazeu, pesquisador da ONG Sociedade de Defesa dos Direitos Sexuais da Amazônia (Só Direitos), explica também que, pela lógica da ocupação da Amazônia, sempre houve a migração de pessoas na região, em busca de melhorias de vida, e esse processo traz resquícios de violência, como trabalho escravo e outros tipos de violação dos direitos dos migrantes. "Garimpos e outros grandes projetos sempre têm o estímulo direto ou indireto à migração e, ao mesmo tempo, a ocupação do crime organizado para se aproveitar dos migrantes que chegam e saem sem proteção", explica<sup>3</sup>.

**Nesse contexto, ele também diz que as mulheres da Amazônia, muitas vezes vítimas de abuso sexual desde a infância, por não terem autoestima ou confiança nos seus familiares, aceitam facilmente as propostas para abandonar seu local de origem atrás de oportunidades.**

<sup>2</sup> MUNHOZ, Fabíola. Rotas da exploração sexual: Por que muitas mulheres da Amazônia seguem esse caminho? 06 de agosto de 2009. Disponível em: <<https://reporterbrasil.org.br/2009/08/rotas-da-exploracao-sexual-por-que-muitas-mulheres-da-amazonia-seguem-esse-caminho/#:~:text=Em%20pouco%20mais%20de%20cinco,algumas%20das%20causas%20do%20problema>> Acesso em: 11 de maio de 2023.

<sup>3</sup> MUNHOZ, Fabíola. Rotas da exploração sexual: Por que muitas mulheres da Amazônia seguem esse caminho? 06 de agosto de 2009. Disponível em: <<https://reporterbrasil.org.br/2009/08/rotas-da-exploracao-sexual-por-que-muitas-mulheres-da-amazonia-seguem-esse-caminho/#:~:text=Em%20pouco%20mais%20de%20cinco,algumas%20das%20causas%20do%20problema>> Acesso em: 11 de maio de 2023.





São situações cada vez mais graves que mostram a realidade em que esses povos estão vivendo, assim como a violência e vulnerabilidade que mulheres e crianças estão expostas, sendo situações conhecidas pelo governo, mas que se tornam omissas aos olhos das autoridades federais.

A região amazônica é um local de grande importância tanto para o Brasil quanto para o mundo, mas infelizmente essa área tem sido palco ao longo dos anos de grupos criminosos que aproveitam-se de sua posição geográfica.

Os órgãos governamentais, em todas as esferas, entre eles o Ministério das Mulheres, têm a responsabilidade de atuar no combate a esses crimes, adotando medidas preventivas e repressivas que visam proteger a população e coibir as atividades criminosas. Essas medidas devem incluir investimentos em segurança pública, ações para fortalecimento das instituições responsáveis pela aplicação da lei, educação e conscientização da população, além da cooperação internacional.

A falta de atuação governamental nessas questões tem contribuído para a continuidade desses crimes na região - a ausência de atuação governamental coloca o Brasil em uma posição desfavorável no cenário internacional, gerando críticas e sanções por parte de outros países e organizações internacionais, gerando também consequências locais como aumento da violência, o enfraquecimento das instituições de justiça, a deterioração da imagem do país no cenário internacional e a violação de tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário.

Essa situação também tem graves consequências para a população local, especialmente para os povos indígenas e tradicionais, que sofrem com a violência e a ameaça constante dessas atividades criminosas.

A redução da fiscalização ambiental em terras indígenas por órgãos federais na Amazônia está tendo um impacto negativo significativo na região. Isso tem impulsionado facções criminosas a ampliar suas atividades, aliando-se a outras modalidades de crime e expandindo seus lucros.





Segundo entidades e pesquisadores, o crime organizado está cada vez mais utilizando os rios que cortam terras indígenas para circular sem ser incomodado. Essa estratégia permite que as facções evitem a fiscalização e aumentem sua atuação na região.

A Tríplice Fronteira apresenta um nível estrondoso de subdesenvolvimento social e econômico, facilitando a atuação do narcotráfico. Sem a presença de autoridades brasileiras na fronteira, carros e pessoas transitam entre os países sem fiscalização.

Hoje em dia, nenhum órgão está à altura dos desafios que a região apresenta. Apesar da presença de diversos órgãos, a realidade é que muitos deles estão com seus recursos materiais, humanos e insumos em uma quantidade menor do que aquela que seria necessária para enfrentar com maior efetividade o problema do tráfico de drogas, as questões indígenas e os problemas relacionados ao comércio transfronteiriço.

As autoridades ouvidas, desde Manaus até a Tríplice Fronteira, foram unânimes em criticar a ausência de coordenação entre as polícias – Federal, Militar e Civil – e as Forças Armadas para o combate ao tráfico de drogas e outros crimes comuns na região, como o contrabando de combustíveis<sup>4</sup>.

Para o sociólogo Renato Sérgio de Lima, diretor-presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a percepção da maioria, especialmente dos moradores da Amazônia, é de que o Estado brasileiro está sem o controle da região, sem conseguir controlar a criminalidade e a população sente na pele<sup>5</sup>.

<sup>4</sup> Agência CNM de Notícias. Descaso com a Tríplice Fronteira amazônica traz prejuízos à região. 05 de outubro de 2018. Disponível em: <<https://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/descaso-com-a-triplice-fronteira-amazonica-traz-prejuizos-a-regiao>> Acesso em: 16 de maio de 2023.

<sup>5</sup> 'CRIME DISPARA NA AMAZÔNIA, E MAIORIA DIZ QUE GOVERNO NÃO AGE', (Fonte Segura, Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 17/08/2022), <https://fontesegura.forumseguranca.org.br/crime-dispara-na-amazonia-e-maioria-diz-que-governo-nao-age/>, acesso em: 11 de maio de 2023.







Segundo a edição de 2022 do Anuário do Fórum, a violência letal é maior na Amazônia, sendo 38% superior à das demais regiões do Brasil. Renato Lima destaca que mais de 20 organizações criminosas regionais e duas nacionais estão disputando as rotas de armas e drogas na região. Ele ressalta que qualquer projeto de desenvolvimento para a Amazônia deve considerar a necessidade de recuperar os territórios das mãos das facções e milícias, prevenir a violência e enfrentar o crime. Para a população, o governo não está fazendo o suficiente para atender essas necessidades e, por isso, não há investimento socioambiental que dê conta.

Apesar dos esforços do governo brasileiro em combater o tráfico de pessoas, por exemplo, ainda há uma ausência significativa de atuação nesse tipo de crime na região. De acordo com o Plano de Ação emitido pela Embaixada e Consulado dos EUA no Brasil em 2022-2023, o país não cumpriu critérios mínimos em diversas áreas, como a coordenação entre agências e a coleta de dados, que ainda permanecem espalhados por várias bases de dados federal e estadual.

Nítida, portanto, a pretensão de cunho de interesse público, sob a égide do princípio do bem comum e da coletividade, bem como, aliado ao fato de que a essência norteadora de todos os órgãos públicos do Estado se filiam na própria razão de existir da Administração, ou seja, no fato de que a Administração Pública atua voltada aos interesses da coletividade, solicito esclarecimentos e transparência nas questões apresentadas neste.

Dessa forma, sabendo da extrema importância dessa matéria e entendendo a necessidade que o cidadão possui em ter acesso a informações relacionadas ao tema, para poderem avaliar se as políticas estão sendo efetivadas e se as prioridades do governo estão alinhadas com as necessidades ambientais do país e do mundo, solicito as informações aqui requeridas e apoio para aprovação do presente requerimento de informações.







CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Deputado Federal **Amom Mandel** - Cidadania/AM

Sala de sessões, 31 de outubro de 2023.

Deputado **AMOM MANDEL**  
Cidadania/AM

Apresentação: 09/11/2023 14:12:40.993 - Mesa

RIC n.2716/2023



Praça dos Três Poderes - Anexo IV – Gabinete 760 - Câmara dos Deputados - CEP: 70.160-900 – Brasília/DF

Contato: (61) 3215-5760 / e-mail: dep.amommandel@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD230364994000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Amom Mandel



\*CD230364994000\*  
LexEdit